

Ata da Oitava Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos quatorze de abril de dois mil e nove, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Vice-Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Secretários Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Rita de Cássia Siste Bergamasco. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Airton Braulino Jorge para proferir o seguinte texto: Salmo 92 (91): “É bom agradecer ao Senhor, e tocar para o teu nome, ó Altíssimo; anunciar pela manhã o teu amor e tua fidelidade pela noite, com a lira de dez cordas, com a cítara, e as vibrações da harpa: porque teus atos, Senhor, são a minha alegria, e as obras de tuas mãos o meu júbilo. Como são grandes tuas obras, Senhor, e teus projetos, como são profundos! O imbecil não os compreende, o idiota não entende nada disso. Ainda que os injustos brotem como erva, e todos os malfeitores floresçam, eles serão destruídos para sempre. Porém tu, Senhor, tu és elevado para sempre! Eis que os teus inimigos perecem, e os malfeitores todos se dispersam. Tu me dás o vigor de um touro e me unges com óleo novo. Meu olho vê aqueles que me espreitam, meus ouvidos escutam os malfeitores. O justo brota como palmeira, cresce como cedro do Líbano: plantado na casa do Senhor, brota nos átrios do nosso Deus. Mesmo na velhice dará fruto, estará viçoso e frondoso, para anunciar que o Senhor é reto, e que na minha Rocha não há injustiça.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em Votação da Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, do Projeto e das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na

pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 047/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.498/2003, que dispõe sobre a Política Municipal de Habitação dirigida à população de baixa renda e estabelece as diretrizes e condições para o desenvolvimento de programas habitacionais; cria o Fundo Municipal de Habitação, de caráter especial e rotativo, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à consecução dos programas municipais de produção habitacional e de melhora das condições habitacionais da população de baixa renda, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 048/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Poder Público para implantação de condomínio residencial e concessão de benefícios fiscais aos casos que especifica; 3. Ofício DER nº 049/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação técnica com a Prefeitura do Município de Hortolândia, objetivando a cessão mútua de servidores públicos municipais, e dá outras providências; 4. Ofício DER nº 050/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, objetivando a doação mensal de combustível automotivo, e dá outras providências; 5. Ofício DER nº 051/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial; 6. Ofício DER nº 052/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.313/2001, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências; 7. Ofício DER nº 053/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.357/2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social, e dá outras providências; 8. Ofício DER nº 054/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.678/2006, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, a criação do Conselho Municipal do Idoso, do Fundo Municipal do Idoso, e dá outras providências, depois de lidos, foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: lendo-se apenas a ementa, o Projeto de Lei do Sr. Edison Cardoso de Sá que dispõe sobre o abono de faltas ao servidor público na situação de acompanhante de doentes da família, nos casos que especifica, depois de lido foi o mesmo encaminhado para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Rainero Venturini solicitando

ao Executivo Municipal informar a esta Casa se existe algum projeto nesta Administração, no sentido de se construir um Posto de Saúde no Bairro de Guedes; 2. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informações do controle da venda de pescados e carnes na feira livre do centro da cidade; 3. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Plenário a mudança da 9ª Sessão Ordinária que seria realizada no dia 21 de abril – terça-feira, para o dia 28 de abril de 2009, terça-feira; 4. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal informar quais salas serão abertas e quais já foram abertas nas Escolas: EM Profª Sada Salomão Hossri e EM Prof. Joaquim Pires Sobrinho. Se existem Professores contratados, atuando na Municipalidade. Se existem Professores concursados aguardando serem chamados e quantos Professores na Rede Municipal de Ensino são concursados e quantos são contratados. Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal construção de uma creche entre os Jardins Europa e Sylvio Rinaldi I e II; 2. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal ampliação da CEI do Bairro de Guedes; 3. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal a feitura de um pequeno trevo na confluência da Estrada Municipal (JGR-171) Avenida Guido Tozzi com a Estrada (JGR-284) – Estrada Municipal Jerônimo Rodrigues Azanha, de acesso ao Condomínio Long Island, no Bairro Tanquinho Velho; 4. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal providenciar o desassoreamento do lago existente no Bairro Colméia e urbanização daquele local; 5. Do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal limpeza dos terrenos baldios no Jardim Botânico, em especial para aqueles localizados na rua José Pinto Andrade; 6. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal instalação de ponto de ônibus na Rua Candido Bueno, na altura do número 721 à 759, conforme solicitação feita por abaixo assinado, anexo; 7. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal criação do Conselho Municipal da Mulher; 8. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal arborização na Vila Guilherme Giesbrecht formando um cinturão verde na faixa próximo à via férrea; 9. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal limpeza nos arredores da Estrada da Fazenda Santa Francisca do Camanducaia, no Bairro Guedes de Baixo; 10. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal construção de um albergue noturno em nossa Cidade; 11. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal passar a máquina na estrada do bairro Tanquinho, de acesso à Fazenda Guayçara, e outras tantas localidades, bem como cascalhar ao menos

uma vez na semana; 12. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal mudança de local do estacionamento (atualmente Avenida Luciano Wladimir Poltronieri – Avenida Marginal) dos ônibus e micro-ônibus, que transportam estudantes até a FAJ Campus I; 13. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal providenciar para que seja efetuada a manutenção na Fonte “FONTANELA”, localizada na Avenida Tiradentes, no Jardim Sônia; 14. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal providenciar a limpeza do mato, que está muito alto, na área aberta, que faz divisa com as ruas do Bairro Cruzeiro do Sul, (Ruas Sem Saída); 15. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal executar o prolongamento da calçada, a partir da hoje existente, somente até o ponto do comércio Restaurante Marquesini, localizado na Rua Dr. Clemente Holtman Jr.; 16. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal providenciar uma rampa de acesso à carrinhos de bebês, no interior do Parque da Praça Brasília; 17. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal alterar um trecho da ciclo-faixa que compreende a rua Amazonas, do Viaduto José Zacarias Mantovani, na Vila São José, até o Balão do Posto SHELL (Avenida Antonio Pinto Catão), para que a rua passe a ter sentido de mão dupla de direção; 18. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal para que a área que situa-se no Bairro Cruzeiro do Sul, entre as ruas, Santo Marmirolli, Carlos Luporini e Prof. Eraldo de Moraes Penteadado, seja cercada com alambrado; 19. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal limpeza mensal dos terrenos, vias públicas e retirada de entulhos nos Bairros, Rinaldi I e II, Jardim Europa e Jorge Zambom. Moções: 1. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor aos 80 atores, dançarinos, figurantes, pessoas ligadas direta e indiretamente à encenação “Paixão de Cristo”; 2. Do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento do Sr. Palmiro Mennuci, acontecido no dia 12 de abril corrente, na cidade de São Paulo, aos 81 anos de idade; 3. Do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri de congratulações e louvor a toda Equipe Organizadora da “10 Caminhada Ecológica Amigos do Salvador”, pelo sucesso no acontecimento, no último dia 10 de abril corrente; 4. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de pesar dirigindo-se, respeitosamente às Famílias Italianas lamentando a perda de entes queridos no terremoto acontecido, nos últimos dias, na Itália. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 10270901/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde, sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 56.760,17; 2. CT.TAC/PL – 0219/2009 do Gerente

Institucional da Telefônica – Telecomunicações de São Paulo S/A dando resposta ao Requerimento nº 032/2009 do Sr. Fábio Augusto Pina referente a informações sobre o que é preciso para que seja implantado nos Loteamentos Jardim Sylvio Rinaldi I e II e Jardim Europa, toda a rede telefônica necessária para que os moradores possam possuir seu telefone fixo em suas respectivas residências. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal informar a esta Casa se existe algum projeto nesta Administração, no sentido de se construir um Posto de Saúde no Bairro de Guedes, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informações do controle da venda de pescados e carnes na feira livre do centro da cidade, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Plenário a mudança da 9ª Sessão Ordinária que seria realizada no dia 21 de abril – terça-feira, para o dia 28 de abril de 2009, terça-feira, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal informar quais salas serão abertas e quais já foram abertas nas Escolas: EM Profª Sada Salomão Hossri e EM Prof. Joaquim Pires Sobrinho. Se existem Professores contratados, atuando na Municipalidade. Se existem Professores concursados aguardando serem chamados e quantos Professores na Rede Municipal de Ensino são concursados e quantos são contratados, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Moção da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor aos 80 atores, dançarinos, figurantes, pessoas ligadas direta e indiretamente à encenação “Paixão de Cristo” , em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 6. Moção do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri de pesar pelo passamento do Sr. Palmiro Mennuci, acontecido no dia 12 de abril corrente, na cidade de São Paulo, aos 81 anos de idade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 7. Moção do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri de congratulações e louvor a toda Equipe Organizadora da “10 Caminhada Ecológica Amigos do Salvador”, pelo sucesso no acontecimento, no último dia 10 de abril corrente, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção da Sra. Karina Valéria Rodrigues de pesar dirigindo-se, respeitosamente às Famílias Italianas lamentando a perda de entes queridos no terremoto acontecido, nos últimos dias, na Itália, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de

votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por doze minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Rubens das Virgens e Airton Braulino Jorge que a passaram; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo de começar sua fala, pedindo mais uma vez à Administração Municipal, que voltasse seus olhos aos pequenos detalhes que faziam uma grande administração; disse que vinha ouvindo muitas reclamações por parte dos Munícipes com relação à aquisição de medicamentos não padronizados que, antigamente, se tinha uma habitual facilidade na obtenção junto às farmácias locais por parte dos medicamentos padronizados e que faziam parte de muitos e muitos munícipes, e de uma forma ainda não mencionada à comunidade foi cortada e vinha trazendo transtornos a muitos e muitos pacientes, e munícipes que precisavam do remédio que não vinham encontrando na padronização o devido respaldo para que o médico pudesse prescrever um remédio diferente daquele que ele, realmente, precisava passar para os seus pacientes; disse que sabia de problemas de pessoas que tinha contado com medicamentos que traziam alergia, enfim, tinha que ser um medicamento dentro das reais necessidades do paciente, e que sabiam que, antigamente, as pessoas tinham uma certa facilidade na obtenção do medicamento, e hoje estava havendo uma certa demora e burocracia para obtenção desse; pediu, realmente, aos Colegas Vereadores, às pessoas que representavam a administração, que se empenhassem no sentido de que esta medicação voltasse a ser ministrada a estas pessoas que tanto necessitavam da melhor maneira possível, o mais breve possível; pediu, então, que as pessoas o ajudassem e que levassem tal mensagem à administração, e que pudesse, realmente, obter o retorno o mais rápido possível, para essas pessoas que, realmente, necessitavam; disse, ainda, que na sessão anterior tinham tido a oportunidade de dizer quanto vinham vindo até eles pessoas reclamando, principalmente, na questão escolar, e que tinha sido cortado, recentemente, o pão da merenda escolar, e que uns diziam que não tinha licitação, outros diziam que era questão da nutricionista, que achou que tinha que tirar o pãozinho da merenda, e voltou a dizer que, realmente, muitas crianças estavam sentindo a falta desse subsídio que vinha, realmente, na manhã, que era um pão, e que sabiam que era o pão de cada dia, mas que precisavam que este pão retornasse à merenda escolar, e que este pão era adquirido no comércio local, quase todas as padarias forneciam pão para a merenda escolar, e que era importante que isso aí retornasse o mais breve possível, e estava fazendo a grande falta; disse que tinha tido a possibilidade de conversar não só com os educadores, mas também com mães de crianças que

tinham filhos na escola municipal, pleiteando que retornasse o mais breve possível, e que pedia que isso voltasse mesmo, e voltava a dizer que eram esses pequenos detalhes que já vinham acontecendo e já vinham sendo ministrados aos alunos, enfim, a toda a comunidade e que agora, de uma forma, não sabia se equivocada, tinham sido cortadas e que estava trazendo, realmente, um transtorno; pediu, que isso voltasse o mais breve possível; parabenizou ao Renê solicitando mais uma vez a construção do Posto de Saúde do bairro de Guedes, porque sabiam que lá era um bairro que sempre tinha ficado para trás, em todas as conquistas que o Município vinda tendo; o Posto de Saúde assim como o Posto de Saúde do Florianópolis, que tinha sido construído há pouco tempo, o Posto de Saúde do Guedes era de suma importância e achava que era vital para se fechar o serviço de saúde do Município, e que lá sabia que iria atender muita gente, e era muita gente que necessitava, e as pessoas com maior dificuldade financeira se encontrava naquela localidade, e além de financeira, de locomoção, haja visto as dificuldades dos ônibus de entrarem naquele bairro, enfim, e pedia que aquela reivindicação viesse o mais rápido possível; disse de deixar público ali também, que tinha ficado sabendo nas duas últimas semanas, o fato que tinha ocorrido junto do Secretário de Segurança Pública da Cidade, o qual tinha sido acusado, através de um Boletim de Ocorrência, de assédio sexual, e que gostaria de pedir às autoridades que aprofundassem, realmente, esta discussão, e que levassem essa pessoa ou este caso que tinha sido levado à público, esclarecido, porque uma pessoa que exercia um cargo como o deles, não podia ser, de forma alguma, acusado dessa tão envergadura conduta; pediu que a Administração cercasse essa pessoa desses detalhes, resolvesse isso, se possível afastasse as pessoas que estavam no comando, para que se apurasse as evidências, porque uma pessoa que estava à frente da Segurança Municipal tinha seu nome num Boletim de Ocorrência, num caso de assédio sexual, realmente, era de grande, de profundo pesar da Administração, e por isso pedia, encarecidamente que o Prefeito pedisse às pessoas que tinham o poder de, realmente, decidir, esclarecer este fato que o fizessem o mais rápido possível; disse que sempre tiveram o Colega na sessão criticando o assédio moral que existia na municipalidade, e que o assédio moral não era nada, e que ele já tinha partido para o assédio sexual, e que, realmente, era algo que feria ainda mais os princípios; disse esperar, realmente, que se esclarecesse porque tinha ficado ruim, e o comentário era grande, e que esperava que as autoridades tomassem as devidas providências e esclarecessem o fato o mais breve possível; disse que era só isso que queria dizer, e desejou boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que

cumprimentou a todos, agradecendo a presença na Casa do ex Presidente da Câmara, Amauri Jorge de Almeida, pessoa que sempre estava na Casa, os incentivando em suas sessões; registrou, ali, o passamento do Presidente do Centro do Professorado Paulista, o CPP, o Professor Palmiro Mennuci, e que ele, como Professor, Educador da Cidade, não poderia deixar passar o fundamento que ele sempre deu à Educação do Estado; disse que durante toda a sua vida ele tinha levantado a bandeira em prol da Educação; disse que ele foi deputado estadual, e atualmente, era suplente pelo partido do PPS; disse que, em nome da Educação da Cidade, e como sócio, também, do CPP, como era, deixava ali suas condolências a esta grande perda a qual a Educação do Estado tinha passado no anteontem àquele dia; deixou, também, seu pesar pelo passamento do Deputado Federal João Hermann, do seu partido PDT, e que ele tinha sido Prefeito de Piracicaba, e sua passagem precoce tinha lhes pego muito de surpresa; disse que há vinte dias atrás ele tinha estado em Jaguariúna, tinha tido uma visita em sua Academia, estava com projetos de se reeleger Deputado Federal para o ano que viria, e que todos tinham sido pegos de surpresa desse seu falecimento; deixou ali seu pesar da morte do Deputado Federal João Hermann do PDT; disse de também deixar um louvor à Décima Caminhada Amigos do Salvador, ocorrida na última sexta-feira santa; tinha tido a participação de quinhentas e dezoito pessoas com o propósito de fé, penitência e atividade física; disse que tinham saído da nova Matriz e tinham percorrido até o pé do Cristo Redentor na cidade de Pedreira, pela estrada de terra do Carlos Gomes; comentou ter estado presente na caminhada, junto com o Prefeito da Cidade, com a Vereadora Rita e demais colegas, e que eles tinham levado em média quatro horas e quarenta minutos; deixou ali os agradecimentos ao Assessor Luis Lauro que tinha dado todo o apoio possível para que esta caminhada pudesse acontecer com sucesso; disse que outra coisa que gostaria de deixar claro era que no dia seguinte, teriam na Cidade uma festividade da entrega das Bolsas da FAJ, e que era uma coisa muito importante para a Educação da Cidade, e que a solenidade de entrega iria ser no dia seguinte, na Faculdade, às dezenove horas, na qual os contemplados receberiam a bolsa em atividade solene; disse de deixar ali claro que naquele dia ele tinha pedido, e que todos já poderiam estar sabendo que não tinha tido a relação nominal dos contemplados, e sim o número, e que tinha pedido para que naquele dia ele tivesse acesso ao nome dos que foram contemplados, e disseram que isso não era possível, porque tinha um sigilo e uma preservação desses nomes por causa de inclusão social e etc.; disse que no seu direito de Vereador tinha ficado chateado pelo seguinte, porque ele achava que eles tinham que ter acesso, porque ele queria deixar claro que ele

estava sendo abordado na rua como educador, como professor, que eles, Vereadores, que tinham tido acesso à colocação de todas as pessoas que eles queriam na Faculdade, e que não era bem assim; disse que naquele dia ele queria ter em mãos os nomes das pessoas contempladas, porque no início do ano, cada Vereador, tinha tido uma cota de porcentagem para eles passarem para cada um dos colegas, ou pessoas que estivessem ao seu redor, e que estas bolsas, estas taxas, praticamente tinham ficado insignificantes a este projeto de setenta por cento da bolsa, e hoje ele queria saber quais eram os contemplados, porque se tivesse alguma pessoa que tivesse sido contemplado tivesse na sua lista, queria sua porcentagem de volta para poder usufruir uma outra pessoa, e não pôde ter este levantamento, foi negado; disse de deixar claro que nenhum deles, Vereadores, tinha colocado estas pessoas na Faculdade, e que tinha sido toda uma norma e um processo, o qual todos tinham visto pelo jornal quais tinham sido os procedimentos, e eles não tinham tido o acesso ali; disse que pediria mais uma vez, iria protocolar, para que o nome dos contemplados aparecessem para eles ali da Câmara; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que cumprimentou a todos dizendo de fazer menção no tempo que lhe cabia num projeto que estava apresentando, referente à questão dos servidores públicos, inclusive tinha sido solicitação dos mesmos, diante da questão de quando a pessoa precisava faltar no serviço, e tinha que levar o seu filho, o seu esposo ou esposa, o companheiro ou companheira no médico, e muitas das vezes não tendo o direito de esse dia de falta ser abonado; disse que estava apresentando um projeto no sentido de que o trabalhador, o servidor público, tendo um parente que precisasse levar ao médico, principalmente, filho, pudesse levá-lo, acompanhá-lo, e este dia, mediante um comprovante que o médico evidentemente iria dar, pudesse ser abonado para que ele não tivesse perdido o seu dia de trabalho; disse que isso já existia, inclusive, um posicionamento da Suprema Corte do Trabalho, o TST, no sentido de que os trabalhadores da iniciativa privada tivessem este direito no caso de comprovar a necessidade de levar a pessoa ao médico, principalmente o filho, pudesse ser abonado, e seu projeto ali estabelecia duas faltas por semestre, e tendo quatro faltas no ano nestas condições; disse contar com seus pares no sentido de aprovar aquele projeto, que como já tinha dito era uma reivindicação dos servidores públicos da Cidade, e disse de aproveitar e concordar com a colocação do nobre colega Mauricinho, no sentido de que esta questão das bolsas, tinha que ser colocado e dado publicidade, principalmente, para os Vereadores da Cidade, porque ele também se sentia prejudicado no sentido de que as pessoas, quando muitas das vezes lhes procuravam nos seus gabinetes e, com certeza não era só a

ele que procuravam, mas todos os seus colegas, no sentido de que era preciso saber como estava sendo feita aquela avaliação e tal; disse que tinham que cobrar do Executivo que posicionasse a Câmara como estava sendo aquele tipo de coisa, para que eles pudessem ali ter transparência do processo, e que achava que era uma coisa pública, que era preciso compartilhar com os Vereadores que, inclusive tinham aprovado aquele projeto ali na Câmara, e que entendia e inclusive iria cobrar do Governo esta questão, porque era um fato importante para que todos eles, Vereadores, tivessem conhecimento, e que no dia seguinte, a hora que eles estivessem lá, e com certeza todo mundo da Casa deveria estar, eles pudessem, realmente, saber, e se, inclusive, tinha sido feito justiça com relação à concessão das bolsas a todas as pessoas; disse de encerrar, assinando em baixo das colocações do nobre Colega; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo de, em primeiro lugar, deixar ali registrado que, graças a Deus viviam, hoje, num país democrático, mas como toda forma de governo, ela tinha suas falhas, e muitas vezes nesta liberdade, que todos eles tinham, acusar era muito fácil; disse que eles, em nenhuma hipótese, deviam condenar alguém que apenas tinha recebido uma denúncia; disse que concordava com o Fred que, se a Justiça determinasse, a Polícia investigasse a denúncia sobre o abuso sexual do Secretário tinha sido feito, ela concordava que ele não poderia ocupar este cargo, mas condená-lo antes seria simplesmente um absurdo, porque o fato que se tivessem que afastar todo mundo que fosse denunciado de alguma coisa, parte desta Câmara não estaria ali, porque todo mundo denunciava, todo mundo denunciava, todo mundo acusava, todo mundo emitia cartas, todo mundo falava, mas existia uma Justiça, existia um Ministério Público, existia o Tribunal, existia a Polícia Civil, existia a Polícia Militar, existia o Tribunal Superior, e que aquele era um País democrático, mas querer afastar alguém que recebia uma denúncia, no seu ponto de vista, era muito grave; disse que achava que o Vereador Fred, não sabia se ele concordava, mas todo mundo denunciava de alguma coisa, e que neste País se denunciava quem era gay, que alguém roubava, que alguém era viado, que alguém era não sabia o quê, e que todo mundo se denunciava, e que se fossem afastar todo mundo que era denunciado, não ficava ninguém; disse que por isso a Democracia tinha criado a Primeira Instância, a Polícia Militar que investigava, a Polícia Civil, e se não se concordava na Primeira Instância tinha a Segunda Instância, se não concordava, tinha o Tribunal Superior, e que não podiam simplesmente, sem ter conhecimento, condenar alguém que a Justiça ainda não tinha condenado; disse que era o seu ponto de vista e que achava que ela, como Vereadora, iria esperar a manifestação da Justiça e das investigações para

ver se este fato era verdade; disse de deixar claro ao nobre Vereador Fred, que se fosse verdade ela iria ser a primeira a pedir ao Chefe do Executivo que afastasse um Secretário que tinha tido um assédio sexual; disse que não podiam condenar, e o que estava claro era que existia uma denúncia, existia um processo, não existia uma condenação; disse que não era advogada do Laurentino e muito menos, e que ela apenas tentava, e não sabia se conseguia, ser justa, e que era fato, que eles ouviam eram muitas coisas, e que este era seu ponto de vista; disse que sobre o ponto de vista do nobre Vereador Maurício, ela concordava, tinham que publicar quem eram as pessoas, se existia um sigilo, ótimo, mas os Vereadores estavam ali para serem os representantes do povo, e poderem informar o povo; disse achar que precisavam urgentemente ver, e voltando ao que antes tinha falado, de tentar ser justa, se esta seleção dos alunos tinha sido justa, o que ela acreditava que sim, mas tinham que ter acesso a isso para ninguém ser prejudicado; comentou que tinha falado na sessão anterior e iria falar nessa, que tinham lançado mais uma carta na Cidade, e continuavam lançando cartas, e que naquele dia tinha ligado para o nobre Vereador Dr. Airton, que ele era o mais novo indicado nas cartas da Cidade, mas ótimo, e que isso não os condenava, as pessoas podiam falar, mas eles não podiam refazer; terminando disse que achava que eles precisavam, num momento de crise, de dificuldade de início de governo, começar a olhar as coisas boas, também, e que criticar sempre foi fácil, criticar continuava sendo fácil, mas tinha muitas coisas erradas acontecendo no Município, mas garantia que tinha um monte de coisas boas acontecendo, também; disse que a função deles, concordava, era fiscalizar, acompanhar e ver, e eles estavam fazendo isso; sobre o Fred, do pãozinho nas Escolas, concordava que tinha que voltar, disse ao Fred, e achava que tinha que ser emergencial, era um corte que estava atrapalhando a alimentação das crianças, mas também achava e deixava bem claro, que tinha muita coisa boa acontecendo na Cidade, e que estavam aí prestes a construir as casas populares, no dia seguinte, pela primeira vez na história desta Cidade estavam dando quinhentas bolsas para estudantes, e que um fato inédito, ela garantia que naquele dia, à noite, na sexta-feira santa à noite, tinha tido quinhentos adolescentes do Município, que não tinham dormido direito porque no sábado iria sair o resultado das bolsas, porque mudava a vida dessas pessoas, e que essas quinhentas bolsas mudava a vida de quinhentos munícipes; disse entre outras coisas que tinham que construir, criticando sim, mas tinham que construir uma Cidade cada vez melhor, e que acreditava que o Executivo, juntamente com o Legislativo, nestes primeiros cem dias de governo, tinham errado muito, e acreditava que eles iriam errar muito mais, mas com certeza, podia garantir que, pelo menos, era sua opinião, que

tinham acertado em muitas coisas, e com a determinação e a boa vontade que estavam tendo, com certeza nestes próximo quatro anos, acertariam muito mais e continuariam construindo a cada dia, a cada semana, a cada sessão, a cada assinatura de convênio, uma Cidade muito melhor; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Rainero Venturini, que a passou; tomou a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos, dizendo de fazer uma observação em relação à questão da adequação da Lei que criava o Fundo Municipal de Habitação, e que eles estariam votando naquele dia a alteração onde tornava o Conselho do Fundo Municipal de Habitação com a participação da Sociedade Civil; disse que o Conselho, anteriormente à Lei previa a participação de cinco membros que, conseqüentemente, eram só do Poder Público, e hoje a alteração vinha concluir a participação da Sociedade Civil na formação do Conselho do Fundo Municipal de Habitação; disse de fazer uma ressalva, de que aquele ano era um ano onde se revia o Plano Diretor do Município, que era importantíssimo essa questão habitacional ser discutida com muito cuidado, e que eles não podiam fugir do foco de que casas eram para pessoas que ganhavam até três salários mínimos; disse achar que o Poder Público, a Câmara Municipal e Sociedade Civil, com a oportunidade de estar participando no Conselho Municipal, onde inclusive abria para cinco Presidentes de Associações de Moradores estava, realmente, definindo uma Política Habitacional que vinha de encontro com a necessidade da população de Jaguariúna; disse que hoje se tinha um dado que vinte e cinco por cento das habitações do Município eram habitações populares, e com a construção de duas mil que estavam previstas, estariam aí em torno de quase cinqüenta por cento de habitações populares; disse que achava que isso precisava ser, realmente, visto dentro do Plano Diretor, porque isso tinha que vir acompanhado de todos os recursos sociais e com muito cuidado para que as pessoas, realmente, contempladas fossem do Município de Jaguariúna e que já morassem aqui há algum tempo; disse achar que não podiam fugir do foco de que as habitações tinham que ser para pessoas de baixa renda; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo que as pessoas que estavam acompanhando a pauta tinham percebido que o requerimento número três da Karina tinha sido redigido de forma equivocada na parte de requerimentos, quando na verdade era uma indicação, e por isso não tinha entrado em votação, e que queria dar uma satisfação a quem estava acompanhando a pauta; disse, ainda, de se compactuar com os Vereadores a respeito da bolsa da FAJ, a qual tinha que ser tornado público, realmente, ou aos Vereadores porque a principal função deles era fiscalizar, fiscalizar o Executivo e

o dinheiro público, onde estava sendo investido, de que maneira e os critérios; disse acreditar, também, que tinha sido feito da melhor maneira possível, mas falhas existiam, e eles estavam ali, também, para fiscalizar; com relação, também, ao Secretário de Defesa Social, Luis Laurentino Gomes, também compactuava com a nobre Vereadora Karina que eles não podiam prejulgá-la e nem julgar ninguém antes da Justiça, até porque o Alfredo Chiavegato Neto ele disse que tinha sido feito um Boletim de Ocorrência, e quando não era, era um TCO, um Termo Circunstanciado, que podia ser que nem fosse julgado esse processo, e que nesse processo poderia ser feita uma transação penal, e que entendia, ainda, que podia ser feita uma representação, e ela ainda tinha que se representar em seis meses; disse que tinham que ter muito cuidado quando se acusava, porque se acabava com a vida de uma pessoa, com família, com filho, se acabava expondo muitas pessoas; disse que se fosse condenado pela Justiça ele, também, seria o primeiro a vir aqui e pedir para que fosse afastado, não só uma pessoa pública, qualquer pessoa, mas tinham que dar o direito de defesa, tinham seis pessoas arroladas como testemunhas neste TCO, e que era um crime apenado de seis a dois anos, e que tinham que tomar muito cuidado porque se mexia com a família, com as pessoas; disse que era tudo o que ele queria dizer e desejou boa noite a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Airton Braulino Jorge, Rubens das Virgens, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá e Rainero Venturini foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação técnica com a Prefeitura do Município de Hortolândia, objetivando a cessão mútua de servidores públicos municipais, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 049/2009 fosse apreciado em única discussão naquela sessão; em discussão e votação o requerimento foi o mesmo aprovado por sete votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual

suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado, bem como do Projeto de Lei; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 038/2009, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação técnica com a Prefeitura do Município de Hortolândia, objetivando a cessão mútua de servidores públicos municipais, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão pediu a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite a todos e disse que, com relação àquele projeto, eles teriam que ter um pouco mais de cautela e saber quantos funcionários foram cedidos ou se alguém teria alguma informação para passar, porque ele não esteve na reunião no dia anterior, onde funcionários seriam cedidos para a Prefeitura de Hortolândia, em contra partida, cedidos para a Prefeitura de Jaguariúna, eles sabiam que o ônus do salário dos servidores ficariam para origem, mas era bom eles saberem, porque não sabiam se tinham servidores daqui e se queriam trabalhar na Prefeitura de Hortolândia; a única preocupação dele era que o projeto deu entrada no dia anterior na Casa em regime de urgência, ele voltava a dizer, quarenta dias, poderiam estar analisando com um pouquinho mais de cuidado porque era um convênio por, quarenta e oito meses, enfim, toda uma administração, poderia ter um funcionário causando mau para a administração pública local e queriam mandar para Hortolândia; então, ele gostaria realmente, ele não sabia se tinha mais como pedir o adiamento daquela votação, ele achava que não, não sabia; enfim, estava vindo algumas preocupações naquele sentido; ele não sabia, não entendia, realmente, a questão da remuneração, se no caso, se a Prefeitura de Hortolândia ceder o funcionário para a cidade de Jaguariúna, o município que teria que pagar? Ele entendia que era mútuo, se eles mandavam para outra Cidade teria que pagar o servidor lá e o de cá, eles pagariam aqui, mas será que era só aquilo mesmo? Disse que não chegou a ler todo o projeto, enfim, eram naquelas horas que sabiam que faltava um Líder do Governo para poder esclarecer tudo aquilo que eles necessitavam para poder votar um projeto daquele, mas, ele ficava com receio porque não tinha a quantidade de funcionário para serem cedidos, recebidos por aquela Administração, já tinha uma quantidade excessiva de funcionários trabalhando na Prefeitura, receber mais funcionários de Hortolândia ele não sabia porquê, mas, enfim, era a primeira vez que tinha um projeto daquela envergadura, foram feito convênios com outros Municípios para o Estado, mas de Município para Município, era a primeira vez que ele estava vendo, enfim, ele gostaria de pedir, se houvesse a necessidade, pedir pela ordem

aos nobres pares, para analisar se o projeto poderia ser prorrogado para esclarecer aquelas dúvidas; então, ele pediu aquele cuidado para votação daquele projeto; a seguir, pediu a palavra o Vereador Airton Braulino Jorge que desejou boa noite a todos, ao Sr. Presidente, demais membros da Mesa, nobres colegas, senhoras e senhores presentes e disse que, o funcionário em questão, doutor Sidney, ele não estava começando agora na Secretaria, não, disse ao Vereador Alfredo, ele trabalhava há mais de quatro anos, ele estava desempenhando a função de Diretor Clínico e ao que constava, era o único, ele concordava com o Alfredo que, quarenta e oito meses era um prazo excessivo, ele não gostava daqueles contratos tão prolongados, até porque, transferia uma responsabilidade um ato deles, para uma nova legislatura que iria começar dali quatro anos, que eles não sabiam se iriam estar ali ou não; então, ele concordava com o tempo excessivo, mas o doutor Sidney não estava chegando agora não, já era funcionário antigo da Secretaria, e até onde constava, era o único de Hortolândia; pediu, novamente, a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo que, a pessoa era funcionário da Secretaria que exercia um cargo de Diretor? E antes ele trabalhava na Cidade, há quatro anos? Pediu desculpas ao doutor Airton, e perguntou se ele trabalhava em cargo de confiança, mas não tinha aquele projeto que autoriza ele a trabalhar; disse que até acreditava que, naquele momento, ele desempenhando um cargo de confiança, para ele seria muito mais vantajoso, remuneravelmente, trabalhar aqui, daí sim, haveria necessidade de ter o convênio para ser cedido, e eles sabiam que um doutor poderia trabalhar quatro horas e não precisaria ter um único emprego, ele poderia trabalhar aqui ou em Hortolândia; agora, exercendo um cargo de Diretor, ele realmente teria que exercer oito horas, se ele não estivesse enganado; enfim, será que era só aquele caso? Disse ao Vereador Airton que era bom registrar e pediu desculpas por indagar o Vereador; disse ainda que, gostaria de pedir ao Presidente que, se tivesse alguma forma de ter uma “pela ordem” e dizer se tinha alguma brecha regimental, ele achava que não, depois que foi votado o requerimento teria que votar o projeto; mas que estava bom; agradeceu e desejou boa noite. A seguir, em votação, foi o Projeto de Lei nº 038/2009, do Executivo Municipal, foi o mesmo aprovado por sete votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; a seguir, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Airton Braulino Jorge, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Rubens das Virgens, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini e Rita de Cássia Siste Bergamasco foi apresentado requerimento de urgência especial para que Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, objetivando a doação mensal de combustível

automotivo, e dá outras providências encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 050/2009 fosse apreciado em Única Discussão naquela sessão; em discussão e votação o requerimento foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir o Sr. Presidente designou o Vereador Edison Cardoso de Sá como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; terminado o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial, bem como do Projeto de Lei; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 039/2009, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, objetivando a doação mensal de combustível automotivo, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão, pediu a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que disse que só gostaria de lembrar a todos que, um projeto daquele, realmente, dava para votar rapidamente porque não tinha tanta dificuldade no entendimento; só solicitava que o controle fosse feito por parte da Secretaria Competente e que fosse feito no Posto, do qual sabia que o veículo tinha que ser abastecido; ele estava falando aquilo, porque estava causando estranheza para eles, porque a Prefeitura estava mandando um caminhão abastecer vários barris de petróleo, gasolina, diesel e um caminhão ia, parava num posto e enchia aqueles barris que, levava aquilo em outra Secretaria que era extremamente perigoso e que era sabido que, aquele caminhão estava fazendo aquele tipo de trabalho para poder agilizar os serviços da máquina que, às vezes, ficava no campo, mas, teria que ser feito com caminhão especializado, aquilo trazia um transtorno se pegasse, ele achava que eles tinham membros que fazia parte da segurança do trabalho – CIPA, que teriam que, realmente, ficar atentos àquele trabalho que estava sendo feito por parte da Prefeitura e que a Secretaria de Obras estava fazendo; disse ao Vereador Edison, que vinha vendo, toda manhã, parava um caminhão branco, enchia uns dez barris de combustível e levava para abastecer os veículos, máquinas; então, aquilo ele tinha presenciado várias vezes e ele sabia que, antigamente, as máquinas iam até o posto, e ele achava que, realmente, facilitava o serviço, mas era extremamente perigoso e ele esperava que a Prefeitura fizesse aquilo, através de um caminhão que fosse adequado para aquele tipo de transporte; ele sabia que algum combustível estava sendo levado até aqueles locais, através daquele caminhão; ele gostaria só que, o carro que estava sendo abastecido pela Assistência Social, não fosse abastecido por aqueles caminhões, enfim, era um único caminhão, se desculpou e desejou boa noite. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 039/2009

foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Airton Braulino Jorge, Rainero Venturini e Rubens das Virgens foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.498/2003, que dispõe sobre a Política Municipal de Habitação dirigida à população de baixa renda e estabelece as diretrizes e condições para o desenvolvimento de programas habitacionais; cria o Fundo Municipal de Habitação, de caráter especial e rotativo, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à consecução dos programas municipais de produção habitacional e de melhora das condições habitacionais da população de baixa renda, e dá outras providências encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 047/2009 fosse apreciado em Única Discussão naquela sessão; em discussão e votação o requerimento foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou a Vereadora Karina Valéria Rodrigues como Relatora Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Projeto de lei em discussão e do Parecer da Relatora Especial; a seguir, foram apresentadas as seguintes emendas: 1ª da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, substitutiva à alínea “a” do inciso I, do Art. 10 da Lei nº 1.498/2003, descrito no Art. 5º do referido projeto de Lei: “Art. 10 - I - a) 01 (um) representante da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho; 2ª da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco aditiva à alínea “d” do inciso I, do Art. 10 da Lei nº 1.498/2003, descrito no Art. 5º do referido projeto de Lei: “Art. 10 - I - d) 01 (um) representante do Órgão ou Entidade integrante da Administração Pública Municipal direta ou indireta que desempenhe funções afins e complementares ao desenvolvimento urbano e à produção e melhoria de habitações de interesse social”; 3ª da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco acrescentando § 1º ao Art. 10 da Lei nº 1.498/2003, descrito no Art. 5º do referido projeto de Lei: “Art. 10 - § 1º - O Presidente do Conselho do Fundo Municipal de Habitação será eleito por votação a ser realizada entre seus membros.”; 4ª do Sr. Edison Cardoso de Sá acrescentando a alínea “d” do inciso II, do Art. 10 da Lei nº 1.498/2003, descrito no Art. 5º do referido projeto de Lei: “Art. 10 - II - d) 01 (um) representante de Entidade Sindical com base no Município de Jaguariúna, eleito entre os presentes em reunião realizada para essa finalidade” Apresentadas as emendas o Sr. Presidente colocou uma a uma em discussão: 1ª da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, substitutiva à alínea “a” do inciso I, do Art. 10 da Lei nº 1.498/2003, descrito no Art. 5º do referido projeto de Lei; em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 2ª da Sra.

Rita de Cássia Siste Bergamasco aditiva à alínea “d” do inciso I, do Art. 10 da Lei nº 1.498/2003, descrito no Art. 5º do referido projeto de Lei, em discussão e votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 3ª da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco acrescentando § 1º ao Art. 10 da Lei nº 1.498/2003, descrito no Art. 5º do referido projeto de Lei, em discussão e votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 4ª do Sr. Edison Cardoso de Sá acrescentando a alínea “d” do inciso II, do Art. 10 da Lei nº 1.498/2003, descrito no Art. 5º do referido projeto de Lei, em discussão e votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 036/2009, do Executivo Municipal, que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.498/2003, que dispõe sobre a Política Municipal de Habitação dirigida à população de baixa renda e estabelece as diretrizes e condições para o desenvolvimento de programas habitacionais; cria o Fundo Municipal de Habitação, de caráter especial e rotativo, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à consecução dos programas municipais de produção habitacional e de melhora das condições habitacionais da população de baixa renda, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI do R.I.); em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Rubens das Virgens e Airton Braulino Jorge foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.313/2001, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 052/2009 fosse discutido em única discussão, naquela sessão; em discussão e votação foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou a Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco como Relatora Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer da Relatora Especial, e a seguir do Projeto de lei em discussão; em seguida, foi apreciado em Única Discussão o Projeto de Lei nº 041/2009, do Executivo Municipal, que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.313/2001, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI do R.I.); em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Rubens das Virgens e

Airton Braulino Jorge foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.357/2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social, e dá outras providências encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 053/2009 fosse apreciado em Única Discussão naquela sessão; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Airton Braulino Jorge como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial e do Projeto de Lei em pauta; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 042/2009, do Executivo Municipal, que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.357/2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI do R.I.); Em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Rubens das Virgens e Airton Braulino Jorge foi apresentado requerimento de urgência especial para que Projeto de Lei que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.678/2006, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, a criação do Conselho Municipal do Idoso, do Fundo Municipal do Idoso, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 054/2009 fosse apreciado em Única Discussão naquela sessão; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Rubens das Virgens como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do Parecer do Relator Especial e do Projeto de Lei em discussão; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 043/2009, do Executivo Municipal, que dá nova redação, conforme especifica, à Lei nº 1.678/2006, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, a criação do Conselho Municipal do Idoso, do Fundo Municipal do Idoso, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI do R.I.). Em discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, Em Segunda Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 023/2009, da Sra. Karina Valéria Rodrigues que dispõe sobre dar nome às Leis, Emendas à Lei Orgânica, Decretos e Resoluções do

Município de Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em Discussão votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge, que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que achava muito importante a participação da população nas sessões, porque ele acreditava que todos iam até a Casa para tomarem conhecimento de coisas importantes na vida deles, para se politicarem de coisas na Cidade, para não serem analfabetos políticos, como dizia Bartold Bret, e era aquilo que eles tinham de transmitir a todos; naquela noite, disse, que tinham sido votadas proposituras importantes, para a Habitação, para o Idoso, para a Criança e o Adolescente, enfim, muitas coisas boas que votaram naquela noite, mas infelizmente, também, a Sessão tinha sido maculada, e era desagradável terem de tocar naquele assunto; então, antes mesmo que ele começasse a falar, ele queria se desculpar com os senhores e as senhoras presentes na Casa, mas foi se aventado nome de pessoas lá, tinha sido levantado uma situação de suspeita e até de condenação, condenação prévia, como o tribunal da inquisição, sem respeitar aquelas pessoas, sem dar a elas a oportunidade de se defenderem, e que acima de tudo eles sempre prezaram pela presença das pessoas, e a pessoa denunciar, a pessoa criticar, condenar a pessoa na ausência, não condizia com o comportamento daquela Casa, e que uma Casa de Leis tinha de ser o exemplo para o cidadão, ela não poderia se desviar da lei, e naquele intuito, a imunidade parlamentar que todos os Vereadores tinham; disse que só para esclarecer aos presentes, eles poderiam subir lá e falar do que quisessem e o que quisessem, e se ele subisse lá e falasse do Presidente da República, ele não poderia fazer nada contra ele, porque o legislador tinha a imunidade parlamentar, porque ele não poderia ser processado, nem muito menos ser preso pelo que ele falava lá, nem pelo que os colegas falavam, mas em cima da imunidade parlamentar, às vezes, eles desviavam para a impunidade parlamentar, eles passavam a dizer coisas baseados na tal imunidade, e que não se sentiam no dever, na obrigação de se justificarem, de serem ao menos justos com as pessoas, e o Vereador Alfredo Chiavegato tinha condenado um ex-colega deles, e ele ia citar as palavras dele lá, que era “colega que tinha sempre condenado o assédio moral, e agora parte para o assedio sexual”, e disse que estava gravado o que ele tinha dito, não tinha como falar que não tinha falado, e aproveitou a ocasião para solicitar ao Presidente uma cópia da ata daquela sessão na mão dele, e disse que até então o comportamento do Secretário, do senhor Laurentino, ele

entendia que ele estava fazendo um bom trabalho à frente da Secretaria dele, e que eles não tinham nem cem dias de trabalho, se contassem a partir do dia cinco de janeiro, e disse que ele tinha sido o primeiro secretário que tinha vindo na Câmara quando tinha sido solicitado, para dar explicações, porque as pessoas do bairro estavam reivindicando, o policiamento estava deficitário, e foi feito o convite, de imediato o Secretário tinha vindo até a Casa, para se explicar, inclusive para chamar a população do bairro a trabalhar junto com ele, para solicitar a Guarda; disse achar que, realmente, se estavam preocupados com a segurança da Cidade e das pessoas, era o momento deles ajudarem as pessoas que estavam trabalhando pela segurança, eles não iam estar ajudando em nada, simplesmente, tacando pedras, sem terem um alicerce, sem saber se aquilo que estavam falando era verdade; disse que estava falando aquilo porque ele teve acesso ao Termo Circunstanciado de Ocorrência policial, estava lá, ele colocava à disposição de todos os vereadores, e na ocasião, a pretensa vítima que, por respeito, ele não citaria o nome; disse que estava numa reunião, onde participavam funcionários, diretor de trânsito e o Secretário Municipal, e que foi assediada sexualmente; disse que ele respeitava a pessoa, mas entendia que era um tanto quanto difícil assediar uma pessoa sexualmente, em público; constava ainda do depoimento da pessoa que ela trabalhava na Secretaria num regime de RPA, constava ainda que, quando ela fez a denúncia já tinha se passado duas semanas do ocorrido, e constava ainda que aquilo no depoimento de três testemunhas que estavam presentes lá, que aquela funcionária sabia que seria demitida porque o Prefeito tinha determinado que todos os RPA fossem demitidos; disse que aquilo eram palavras e declarações das testemunhas, e o referido gesto não configurou qualquer exagero e tão pouco provocou constrangimento nos presentes, e era depoimento de uma senhora, segurou-a pelos braços, era certo que tinha segurado o braço dela também e que ela não entendeu aquilo como um assédio, e que estava à disposição dos Vereadores aquilo, sempre preservando o nome das pessoas, e disse ao nobre Vereador Alfredo Chiavegato que ele achava que era uma boa oportunidade, em nome de manterem uma dignidade, uma conduta ética que era de bom tom que ele fosse àquela tribuna e se retratasse daquilo que ele tinha falado; achava que seria interessante, seria bom para ele, seria bom para todos eles, para a imagem daquela Câmara, para a imagem de todos os Vereadores, queria se solidarizar com a Karina, se solidarizar com o Fábio, quando disseram que iriam esperar o que a Justiça resolvesse, e se a Justiça assim entendesse que ele era culpado, disse que tinha a certeza de que aquela Câmara, em momento, algum iria aliviar, inclusive ele que era do mesmo partido deles, e que ele sabia daquilo, o Vereador

Laurentino sempre bateu nos assédios morais e se, eventualmente, ele tivesse feito aquilo, ele iria sentir a força da espada da lei, mas enquanto eles não tivessem aquela certeza, disse que não era um pronunciamento em tribuna, e que eram declarações levianas, queria que ele aproveitasse aquele ensejo e melhorasse a imagem da Câmara indo lá e se retratando; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que depois de cumprimentar a todos mais uma vez, disse que, primeiramente, ele gostaria de falar, como o doutor mesmo sabia, as palavras eram invioláveis, e ele ia até lá falar o que ele bem entendesse, ele não estava lá falando nada ao seu bel prazer, ele estava indo lá falar de algo que tinha sido feito um Termo Circunstanciado, porque o documento era público, enfim, ele não inventou nada para começar, e segunda coisa, ele disse que não acusou ninguém, era ele que estava falando, ele estava falando que ele já tinha acusado, ele disse que houve um termo e tinha de ser apurado, o colega tinha falado que eles tinham de ajudar a Segurança, e disse que o que quatro anos atrás o Vereador tinha feito não foi ajudar a Segurança da Cidade, pelo contrário, só bateu na questão da Segurança e, infelizmente, o que eles estavam vendo naqueles cem meses de governo, cem dias de governo, era um desleixo total com a Segurança, foi tema do jornal naquela semana, eles tinham um problema sério no portal que foi inaugurado em Jaguariúna/Santo Antonio de Posse, enfim, roubos diversos na Cidade, e o que eles viam era um aumento excessivo de funcionários, e a Guarda Municipal com um número reduzido, e o próprio Secretário tinha dito que o número não estava condizente com aquilo que, realmente, precisaria para desempenhar o papel no Município, enfim, disse que ele não o tinha acusado, de forma alguma, e ele falou que eles deveriam apurar o fato, foi isso que ele tinha falado, e um fato que levava o nome do Secretário tinha de ser apurado mesmo, era aquilo que ele tinha falado, ele achava que um Termo Circunstanciado como aquele ninguém fazia a toa, e eles falaram que ele já tinha acusado, a Karina tinha falado que ele tinha acusado, e ele sabia que se ele acusasse seria sete contra um, e não teria problema nenhum, mas que, realmente, ele não havia acusado, seria mais um voto só, mas ele não tinha acusado, sinceramente, não tinha acusado, ele pediu, realmente, que se possível afastasse o Secretário, para apuração dos fatos, aquilo, realmente, ele tinha falado, e quem era ele para acusar, ele sabia daquilo, ele não era nenhuma pessoa que tinha aquele direito, ele sabia daquilo que, realmente, a Justiça dava às pessoas a condição de poderem se esclarecer, ele achava que tinha de ser esclarecido mesmo, e inclusive ele disse que para quem tinha batido tanto num assédio moral, achava que hoje era mais fácil praticar um assédio, enfim, e que tinha que, realmente, ele não estava acusando não, estava falando de um fato

que tinha acontecido, ele não estava acusando ninguém, e ele tinha ido lá de alto que ele tinha autonomia para falar, e não era para se retratar com o Vereador, de forma alguma, ele não tinha aquela prerrogativa, não ido lá para aquilo, e sim para esclarecer que ele não acusou, e esperava, realmente, que um Secretário que fosse acusado de assédio sexual, resolvesse o quanto antes, para que não ficasse aquela mácula, um representante de uma Secretaria tão importante quanto a deles, mas se eles estavam falando que ele acusou, se ele acusou, pedia desculpas por tê-lo acusado, mas ele estava levantando lá um fato que tinha ocorrido através de um Termo Circunstanciado, que ele queria deixar público e que tinham de tomar providências com relação àquilo, se possível afastar o secretário até a apuração dos fatos, mesmo porque ele achava que aquilo deveria ser apurado rapidinho, ele achava que seria o mais rápido, porque, realmente, ele achava que não teria uma moral para estar na condução de uma secretaria tão relevante quanto aquela, e era aquilo que ele gostaria de deixar claro, e ele só estava dando a sua opinião com relação ao caso, e tinha a certeza de que não iria mudar em nada, e voltava a falar que se ele fosse o prefeito, diante de um fato como aquele ele afastaria o secretário até o esclarecimento do fato, haja visto que a funcionária que estava lá por RPA, foi admitida naquele Governo, não estava lá vindo de outro Governo, e que tinha sido recente a atribuição do cargo e por uma questão de cortes de gastos, foi necessária a dispensa dela, e que hoje em dia estava assim, se tomava uma providência de manhã, à tarde se tomava outra providência, estava daquela forma o Governo de Jaguariúna, se fizesse e errasse, ia acertar lá, e que não se pensava antes de fazer, então, ele só queria dizer que tomando por base aquele termo circunstanciado, ele só queria deixar público, haja visto que era o Secretário do Município, e tinha de, realmente, dar bons exemplos, e ele disse que não tinha ido lá para se retratar não, foi lá falar ainda mais, porque era direito dele, ele falava à vontade, não tinha medo das conseqüências, não tinha rabo preso com ninguém, e quanto àquilo poderiam ficar sossegados, mas queria que o Secretário se esclarecesse, porque a função dele era prestar esclarecimento, não a ele mas à Justiça, e depois eles tomariam as providências necessárias, e tinha a certeza de que se fosse outro fato, que ocorresse em outras administração, o próprio Vereador estaria tomando a mesma atitude, porque ele sabia da integridade dele, e esperava que ele, realmente, não se omitiria num fato como aquele; a seguir, tomou a palavra a senhora Karina Valéria Rodrigues, que disse respeitando a última fala do Vereador Fred, já que ele não tinha o rabo preso com ninguém, eles também não tinham, e ela desconhecia aquela capacidade de vidente que ele tinha, que falava que se fosse afastar ele, teria uma votação de sete contra um; aquilo era uma

dáviva de vidência e que a mãe Diná estava no Rio de Janeiro, e o que ela achava era que por trás de cada pessoa tinha uma família, por trás de cada pessoa tinha um filho, então, o Fred citava que o Vereador, há quatro anos, ele citava há anos, três, e Deus tinha colocado dois olhos na frente para todos olharem para frente, e que a Cidade precisava ir para a frente, que eles não poderiam olhar para trás, só para trás, quem cuidava de história eram os museus, o que ela achava certo, era que, às vezes eles ficavam lá, e talvez por erro das palavras, porque eles falavam muito, e aquilo estava gravado, existiu uma acusação, e por ela o conhecer há muito tempo, ela achava que ele não tinha tido a intenção de acusar ninguém porque na vida política, um dia eles eram vidraça, no outro dia eram pedra, e talvez quando o Fred citava que quem gostava de história, seria sete contra um, cabia lembrar que o atual Prefeito Municipal tinha sofrido aquilo durante quatro anos, sete contra um, porque eles votavam contra tudo o que ele colocava de última hora, mas como eles não estavam discutindo lá história, e lá eles tinham Pastor, ela achava que eles não deveriam e não poderiam julgar ninguém, porque na primeira aula lá, eles faziam, o que os ensinavam, era de que o Poder Legislativo fazia as leis, o Judiciário ajudava a cumprir, e o Executivo executava, e eles eram Legislativo, não cabia a eles, e para terminar aquele assunto da parte dela, ela voltou a falar que a Justiça deveria ser aplicada a todos, sem distinção, e ela achou muito digno ele subir na tribuna, e numa última frase dizer que não tinha subido lá para se retratar, mas que de certa forma, tinha sido uma retratação, usando o que ele tinha falado, pediu desculpas ao Presidente, para que ela pudesse continuar falando sem interrupção, porque senão não seria possível, aquilo viraria um colóquio, e o que ela queria deixar claro era o seguinte, que o a última frase que o pai dela tinha falado era que toda pessoa era inocente até que se mostrasse o contrário, e até que se demonstrasse o contrário, o Secretário Laurentino era uma pessoa digna, era uma pessoa qualificada, e no ponto de vista dela, ele estava fazendo um ótimo trabalho, e aquela frase ela agradecia ao seu pai e era um direito constitucional, que toda pessoa era inocente, até que se demonstrasse o contrário, e ainda não tinha sido demonstrado que o Laurentino tinha feito aquilo. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia vinte e oito de abril de dois mil e nove - terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas, conforme requerimento aprovado naquela sessão, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Fábio Augusto Pina
Presidente

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Vice-Presidente

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Primeiro Secretário

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

